

Apresentação

*Maria Fernanda Bicalho**

Para Luigi e Lili

Política e governabilidade são conceitos que Maria de Fátima Silva Gouvêa desenvolveu com maestria em seus trabalhos. Desde seu mestrado e doutorado – ambos realizados em Londres, em finais da década de 1980, sob a orientação dos professores John Lynch e Leslie Bethell –, ela se dedicou a analisar as imbricadas teias da política e as condições de governabilidade de dois grandes impérios: o do Brasil, no século XIX, e o português, nos tempos modernos.

Em 1991, já de volta da Inglaterra, Fátima, como vários de nós, seus colegas e contemporâneos, fez concurso para o Departamento de História da UFF. Porém, ao contrário de muitos de nós, já doutora, começou a atuar na graduação, dedicando-se à história colonial da América, e na pós-graduação. Em ambas, “fez escola”, formando um sem número de graduandos, bolsistas, mestrandos e doutorandos. Este, certamente, é um dos seus legados, e de importância incalculável; outros não são menos importantes, como os inúmeros projetos que desenvolveu e que, por sua vez, resultaram em outros tantos trabalhos, artigos, capítulos de livros, obras individuais e coletivas.

Em 1995, tornou-se bolsista de Produtividade do CNPq. Em um de seus primeiros projetos de pesquisa, intitulado “Em Busca de Governo e Soberania: homens bons no Rio de Janeiro, 1780-1822”, dedicou-se às dinâmicas do

* Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mfbicalho@uol.com.br.

poder local e às redes de poder que, tecidas por aqueles que participavam da governança da cidade, garantiam a administração e a soberania do Império.

Neste trabalho, já enunciava uma nova interpretação da história colonial do Brasil, rompendo com os dualismos metrópole/colônia, colonizador/colono, propondo interpretar a sociedade que se formava nos trópicos a partir de práticas e instituições herdadas do Antigo Regime português, baseadas no ideário da conquista, no sistema de mercês, no desempenho de cargos administrativos, na intensa negociação entre poder central e poderes locais. Em 2001, organizamos, com João Fragoso, o livro *O Antigo Regime nos Trópicos*, fruto de uma rica interlocução de um conjunto bastante amplo de historiadores. Para Fátima Gouvêa, a governabilidade do império português assentava-se, entre outras coisas, numa economia política de privilégios, conceito cunhado também por ela.

Desde então, seu interesse voltou-se, na tentativa de compreensão da política e da administração imperiais, para o “complexo atlântico português”, privilegiando, como ponto de partida, as relações entre Brasil e Angola. Insere-se nessa chave interpretativa o desenvolvimento da pesquisa “Conexões Imperiais: oficiais régios e redes governativas no Brasil e Angola, 1645-1777”. Neste trabalho Fátima foi hábil no estudo das estratégias e das práticas políticas portuguesas no ultramar. Esmiuçou as trajetórias de governadores em ambos os lados do Atlântico; discutiu os critérios para sua nomeação; destrinchou as redes clientelares construídas por eles e pelas elites locais em torno deles; analisou suas relações de poder e os conflitos jurisdicionais em que se envolveram.

Além da produção acadêmica, a formação de pesquisadores ocupou um lugar de destaque na vida de Fátima Gouvêa. Em todos os trabalhos que desenvolveu, a capacidade de agregar colegas e orientandos era sua marca registrada. Entre seus inúmeros projetos de pesquisa, a proposta que apresentou em 2003 à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, “A governação portuguesa no Brasil, séculos XVI-XIX”, calcava-se no trabalho de uma equipe de alunos e bolsistas cujo objetivo era empreender um estudo crítico dos mais de cem volumes da publicação dos *Documentos Históricos*. No Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC), laboratório da Área de História UFF que Fátima ajudou a fundar e do qual foi coordenadora, essa capacidade de agregação, aliada à produção, foi uma constante. No desenvolvimento de nossos

sucessivos projetos – vários deles em torno do conceito de cultura política, da pesquisa e do ensino da História – sua presença sempre foi marcante.

Porém, sua índole desbravadora e, ao mesmo tempo, agregadora, a levaria a tecer e conectar redes mais extensas, constituídas por historiadores e pesquisadores em diferentes países e hemisférios. Entre 2000 e 2001, realizou seu primeiro pós-doutorado, parte em Lisboa, onde foi recebida por António Manuel Hespanha, e parte na Johns Hopkins University, sob a supervisão do professor A. J. R. Russell-Wood. Voltaria outras muitas vezes a Portugal, para encontros, seminários e pesquisas, como a que reuniu, nos últimos anos, um grupo de historiadores portugueses e brasileiros em torno das “Franjas dos Impérios Ibéricos”, sob a coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro.

O ano de 2008 passou-o em Portugal, num segundo pós-doutorado, como investigadora visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em parceria, mais uma vez, com Nuno Monteiro. Integrava igualmente o convênio CAPES-GRICES, com o projeto “A Monarquia e seus Idiomas: Corte, governos ultramarinos, negociantes, régulos e escravos no mundo português (sécs. XVI-XIX)”, sob a coordenação de João Fragoso. Foi ainda em 2008 que Fátima publicou sua tese de doutorado, *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*, reafirmando sua persistência no tema da governação, das redes, das conexões e negociação entre poder local e poder central.

Ao buscar em seus diversos trabalhos compreender a política e a governabilidade dos Impérios – do Brasil e de Portugal –, ao tecer redes e conexões entre pesquisadores já consolidados, jovens aprendizes e futuros historiadores, Fátima Gouvêa deu sentido não só à sua própria trajetória, mas foi, sobretudo, um exemplo para todos nós, seus amigos e companheiros. Nós a perdemos ainda muito jovem, em janeiro de 2009. Porém, ela deixou muitas sementes e redes já consolidadas, muitas saudades e um sentimento de privilégio por a termos conhecido e trabalhado com ela.

Este dossiê compõe-se de artigos que dialogam com as várias facetas do trabalho de Maria de Fátima Silva Gouvêa. Cada um dos textos dessa homenagem é fruto da interlocução de seus autores com a obra de Fátima, e da grande amizade que nos unia. Em “As Câmaras municipais e o poder local: Vila Rica – um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa”, Júnia Ferreira Furtado percorre seus trabalhos sobre o papel das câmaras municipais, e analisa a contribuição inovadora da autora sobre o tema. Com “Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e

historiografia”, Iara Lis Schiavinatto faz uma leitura do debate historiográfico sobre o império ultramarino português, no qual Fátima esteve sempre presente, e de sua contribuição para a análise da cultura política que marcou o império brasileiro e, mais especificamente, o Segundo Reinado. “Monarquia Pluricontinental e Repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI–XVIII”, assinado por João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa, é uma reunião de textos que ambos escreveram juntos, e nos quais discutem a ideia de autogoverno, o conceito de redes governativas e a noção de monarquia pluricontinental. Em “A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas”, Nuno Gonçalo Monteiro debruça-se sobre as conexões e os equilíbrios imperiais e atlânticos da monarquia bragantina no século XVIII, analisando a fratura identitária entre reinóis e naturais da América portuguesa no início do século XIX. Em “Nobreza Indígena da Nova Espanha. Alianças e Conquistas”, Ronald Raminelli discute as inflexões nas alianças entre castelhanos e chefes indígenas, a partir dos valores aristocráticos vigentes na monarquia hispânica e difundidos pelos conquistadores, e os novos interesses da Coroa. Ronaldo Vainfas, em “Guerra declarada e paz fingida na Restauração portuguesa”, privilegia a discussão do *Papel Forte* escrito por Antônio Vieira, ao interpretar o conflito diplomático entre Portugal e Países Baixos, no contexto da Restauração e das guerras holandesas em Pernambuco no século XVII. Marília Nogueira dos Santos, em “O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil”, reflete sobre os regimentos e a correspondência dos governadores-gerais da América portuguesa, demonstrando como ambos, conjugados, visavam o bom governo das conquistas. Em “A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1750”, Joaquim Romero Magalhães analisa a intensa negociação entre oficiais régios e as câmaras das principais vilas da região mineradora, em torno da imposição e do funcionamento desta nova forma de tributação. Marcus J. M. de Carvalho, em “A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848”, discute como o envio da polícia para apreender a carga dos navios negreiros no período analisado serviu como instrumento político e econômico na luta contra o partido conservador.

Todos nós que integramos este dossiê convivemos com Fátima Gouvêa e temos, de uma forma ou de outra, nossas trajetórias interligadas. Nossa intenção, com mais esta homenagem que fazemos à sua memória, é compartilhar-

mos com os leitores da revista *Tempo* algumas reflexões sobre temas tão caros ao seu percurso intelectual e à paixão com que nossa amiga e companheira dedicava ao seu trabalho e à sua vida.